

EDUCAÇÃO, EQUIDADE RACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DOCUMENTAL DO MARCO NORMATIVO BRASILEIRO.

Daniel Rodrigues Uchôa¹

EIXO TEMÁTICO: CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

INTRODUÇÃO

A educação das relações étnico-raciais constitui um eixo estratégico para o enfrentamento do racismo estrutural no Brasil, na medida em que incide diretamente sobre a formação escolar, a produção de conhecimentos e a construção de práticas sociais comprometidas com a equidade. Esse processo resulta tanto de compromissos internacionais assumidos pelo país quanto da histórica atuação dos movimentos negros, que tensionaram o Estado a reconhecer o racismo como problema estrutural e a educação como espaço central de enfrentamento das desigualdades raciais.

OBJETIVO

Analisar o marco legal e normativo da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, considerando seus fundamentos internacionais, sua consolidação no ordenamento jurídico nacional e o papel das políticas públicas e programas educacionais na promoção da igualdade racial.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como documental, com base na análise sistemática de legislações federais, decretos presidenciais, resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como documentos institucionais do Ministério da Educação (MEC).

DISCUSSÃO

Os documentos analisados evidenciam avanços significativos na consolidação da educação das relações étnico-raciais como política pública. A ampliação do marco legal e a produção de diretrizes curriculares específicas revelam o reconhecimento estatal da centralidade da

¹ Mestrando em Sociedade, Ambiente e Território associado UFMG/UNIMONTES, Pós-Graduando em Ensino de Geografia pela UFVJM, Pós-Graduado em Gestão Escolar pela UFOP, Graduado em Licenciatura em Geografia pela FCJP.

educação no enfrentamento do racismo estrutural. Contudo, persistem desafios relacionados à efetivação dessas normativas, como a insuficiência de formação docente, a limitação de recursos e a fragilidade dos mecanismos de monitoramento e avaliação.

Além disso, a institucionalização da educação antirracista ainda enfrenta resistências políticas, culturais e administrativas, o que reforça a necessidade de maior articulação entre legislação, gestão educacional e práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Educação das Relações Étnico-Raciais ocupa posição estratégica nas políticas públicas educacionais brasileiras, sustentada por um arcabouço normativo consistente. Entretanto, a efetividade dessas políticas depende do fortalecimento da formação docente, da gestão educacional e de sistemas contínuos de acompanhamento e avaliação. A educação antirracista deve ser compreendida como compromisso estrutural do Estado e da sociedade, orientado pela construção de uma educação democrática, plural e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais; Políticas educacionais; Equidade racial.